

POLÍTICA

CUIDAR MAIS ON

Farmácia do Povo nega remédio a moradora com receita online

Prefeitura admitiu problema e culpou falta de integração entre os sistemas; funcionário disse desconhecer programa de consultas remotas

EDUARDO SCHIAVONI
redacao@jornalribeirao.com.br

Moradores de Ribeirão Preto que procuraram a Farmácia do Povo, administrada pelo Fundo Social de Solidariedade, relataram nesta semana dificuldades para retirar medicamentos prescritos por profissionais do Cuidar+On, programa municipal de atendimento médico e psicológico online lançado há cerca de dois meses pela Prefeitura. A prefeitura admitiu o problema e afirmou que lamenta o caso.

Segundo dois pacientes ouvidos pela reportagem, os funcionários da unidade se recusaram a liberar os remédios, informando que não conheciam o Cuidar+On nem o formato das receitas digitais emitidas pela plataforma. O impasse expôs uma falha de comunicação entre setores da administração municipal, já que o serviço foi amplamente divulgado pelo prefeito Ricardo Silva como uma das principais inovações da rede pública de saúde.

“Fui ao local duas vezes, e fui barrada. Disseram que nunca ouviram falar do Cuidar Mais On e que não poderiam entregar medicamento porque o médico que deu a receita era de fora”, afirmou Cristiane Maíra Praxedes, 57, moradora no Jardim Heitor Rigon.

CUIDADO

O Cuidar+On oferece atendimento remoto 24 horas por dia, com médicos, enfermeiros e psicólogos, além de emissão de receitas e atestados digitais. A meta da administração é que até 80% do movimento das Unidades de Pronto Atendimento sejam atendidos pelo sistema online.

Na prática, porém, a integração entre o sistema digital e os serviços presenciais ainda não está consolidada, como admitiu a própria prefeitura, em nota.

A administração ainda disse lamentar o fato e que a integração está em fase final, mas não deu prazo para que ocorra.



Cristiane Praxedes, moradora do Heitor Rigon: receita médica recusada

FARMÁCIA TEM SISTEMA DE DOAÇÕES

O Programa Farmácia da Gente oferece a dispensação gratuita de medicamentos exclusivamente aos moradores de Ribeirão, com foco na população em situação de vulnerabilidade social.

Os medicamentos entregues são doados e permanecem à disposição para atender a população em demandas relacionadas à assistência farmacêutica. Não há qualquer custos, mas as receitas devem ser da rede municipal.

ELES NÃO SABIAM O QUE ERA O CUIDAR MAIS ON, AFIRMA MUNICÍPE

A pensionista Cristiane Maíra Praxedes, 55, moradora no Jardim Heitor Rigon, informou que não conseguiu retirar os medicamentos de que precisava após procurar, em duas oportunidades, a Farmácia do Povo mesmo de posse das receitas. “Fui na Farmácia da Gente e eles não quiseram me dar o remédio. Disseram que não sabiam o que era o Cuidar Mais On”, disse.

Ela informou que, depois que a reportagem do Jornal Ribeirão entrou em contato, a administração informou que iria resolver o problema.

Prefeitura admite falha e lamenta

A Secretaria da Saúde e o Fundo Social de Solidariedade admitiram, em nota, a existência do problema na Farmácia do Povo, mas afirmou que “apuram o caso e lamentam profundamente o ocorrido”.

“O processo de integração do sistema de validação de receitas médicas por QR Code encontra-se em fase final, o que permitirá a validação das prescrições do programa Cuidar Mais On diretamente no sistema, oti-

mizando o fluxo de atendimento”, disse a administração.

Apesar disso, a administração não indicou qualquer prazo para a finalização dos ajustes no sistema.

Na loja de aplicativos Play Store, o app vem recebendo avaliações negativas dos usuários, principalmente por falhas no atendimento de psicologia. Também há registro de problemas no cadastro de novos usuários para acessi aos serviços.



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

CLIMÃO EXECUTIVO

Fotos de uma reunião entre membros do MDB, da Fundação Theatro Pedro II e o vice-prefeito Alessandro Maraca (MDB) circularam nas redes sociais. Em uma das imagens, a presidente da Fundação, Flávia Chiarello, aparece com semblante nada satisfeito; em outra, o vice-prefeito Maraca surge visivelmente apático. A semana não foi das melhores para ele: perdeu espaço físico — literalmente — e precisou deslocar a mesa de um integrante de sua equipe do Centro Administrativo. Em compensação, garantiu um cargo estratégico de MUITA confiança na Secretaria da Cidadania.

CLIMÃO LEGISLATIVO

Tensão no plenário. A sessão que aprovou a abertura do processo disciplinar contra o vereador Bigodini deixou o ar pesado. Igor Oliveira (MDB) tentou articular uma maioria para arquivar o pedido, mas não conseguiu votos suficientes. Todos os vereadores acabaram apoiando a abertura do processo.

INFLUÊNCIA

Não é novidade — nem surpresa — ouvir que vereadores escapam de “maus-feitos” com ajuda de mãos influentes. Na política local, é recorrente o pedido de “ajustes” a autoridades para aliviar colegas em apuros. Há registros de interferências em casos que envolvem bafômetros, confusões em unidades de pronto atendimento, capotamentos e até acidentes noturnos atribuídos a assessores que acompanhavam parlamentares em locais de reputação duvidosa.

CASO BIGODINI

O episódio levanta uma questão incômoda: até quando autoridades continuarão dispostas a “quebrar galhos” em boletins que envolvem vereadores? O caso preocupa tanto a polícia quanto o meio político. Afinal, quem pediu — e quem ofereceu — a “mãozinha”?

CONSELHO DE ÉTICA

Importante lembrar: o Conselho de Ética da Câmara não processa vereadores — apenas estrutura a banca processante, conforme o Decreto-Lei nº 201/1967. O presidente do Conselho, Diácono Ramos (UB), não dominava completamente o rito. Melhor reconhecer a falha do que sustentar que foi induzido ao erro.

10 MINUTOS

Esse foi o tempo que o Conselho precisou para nomear o vereador Jean Corauci (PSD) como relator. A pressa em abrir e encerrar a sessão teve um motivo: evitar que o autor do pedido de cassação, Rodrigo Leone, questionasse a escolha — feita por nomeação, e não por sorteio.

SAIA JUSTA

Entre os membros do Conselho, o clima é de desconforto. Três respondem a procedimentos no Ministério Público e um na Polícia Federal. O único isento é o presidente, novato, em seu primeiro mandato e com menos de um ano na função.

MUITA CALMA

Do mesmo partido de Bigodini, Igor Oliveira (MDB) tenta construir uma alternativa à cassação: a suspensão temporária do mandato. A ideia, que começou restrita ao MDB, começa a ganhar simpatia em outras bancadas.

XIXI NA ESCOLA

O caso do “protocolo do xixi” na EMEF Maria Inês Vieira ainda repercute. Uma funcionária terceirizada foi demitida e acusa abuso moral contra alunos, além de assédio moral e psicológico contra ela própria. Também aponta desvio de função entre terceirizados. Mães relatam coação e novos casos de assédio com boletins registrados. A gestão da escola está sob investigação do Ministério Público Estadual.

VOTO ESTRANHO

O Executivo vetou parcialmente o PLC 33/2025, que trata da reorganização administrativa. Na votação, os vereadores Paulo Modas, Rangel Scanduzzi (PSD) e Daniel Gobbi (PP) surpreenderam ao apoiar a derrubada do veto. Duda Hidalgo e Judeti Zilli (PT) acompanharam os “rebeldes”. Resultado: 14x5 — suficiente para levantar dúvidas sobre o humor da base governista.